

O Ensino de História nos cursos de formação de professores: uma análise histórica dos seus saberes e práticas

Stela Pojuci de Moraesⁱ - UNAMA

" Sabe que eu as vezes até esqueço de dar aula de história. Agente acaba se preocupando mais com português e matemática, história nós falamos nas datas cívicas"ⁱⁱ

O presente artigo tem como objetivo trazer as reflexões iniciais sobre a pesquisa que estamos desenvolvendo sobre a construção dos saberes e práticas de professores de 1º a 4º séries, em relação ao ensino da disciplina história, investigando a formação que os mesmos receberam no Instituto de Educação do Pará, antiga Escola Normal de Belém, no período de 70 (finais) a 90 do século XX.

A escolha da Escola Normal, cuja denominação depois mudou para IEP (Instituto de Educação do Pará) e atualmente tem o nome de Instituto Estadual de Educação do Pará, deve-se ao fato de esse estabelecimento de ensino ter se constituído, historicamente, no *lócus* de formação de professores para as escolas das séries iniciais do ensino fundamental no Pará e mais especificadamente, na cidade de Belém.

A temática escolhida está relacionada a nossa vivência, a partir do ano de 2003, como professora do Curso de Pedagogia, da Unamaⁱⁱⁱ, ministrando a disciplina Prática Pedagógica III. Os alunos, alguns já professores das primeiras séries do ensino fundamental, e cuja graduação lhes possibilitará também a docência nessas séries, chegam com grandes lacunas na área de História, o que reflete na sua compreensão do fenômeno educativo, visto, na maioria das vezes, desconectado do contexto histórico em que é produzido.

Um aspecto nos chamou atenção: poucos alunos escolhiam a disciplina história para ministra-la em suas aulas, e quando era indagada a razão dessa não escolha diziam ter muita dificuldade, alguns nem lembravam se estudaram história no ensino médio, isto os alunos(as) que tinham feito o curso de magistério. Os que escolhiam história, quando iam ou atualmente vão desenvolver a aula, o fazem através de fatos isolados, lineares, com muitas

datas, distantes da realidade em que os alunos vivem. As abordagens que nos apresentavam ou apresentam estão desconectados com o que a historiografia mais contemporânea através de uma vasta bibliografia oferece através de livros técnicos, didáticos e paradidáticos sobre temáticas básicas em história, hoje presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1º a 4º séries.

Observamos, a partir de contato feitos com algumas escolas, em função dos campos de estágio, que mesmo com a adoção dos PCN, a partir de 1997, indicando como objetivos gerais do Ensino Fundamental a compreensão da cidadania como participação social e política e como objetivos gerais do ensino da história o reconhecimento de diferentes tempos e espaços históricos, de semelhanças e diferenças, de mudanças e permanências, os conteúdos selecionados, para as primeiras séries do Ensino Fundamental, em um grande número de escolas da rede municipal e estadual em Belém, ainda se norteiam pelas indicações do livro didático adotado, desconsiderando muitas vezes as problemáticas locais, que obviamente não devem perder de vista sua inserção em questões mais amplas de caráter regional, nacional e mundial.

Um outro fato que nos chamou atenção foi que, algumas vezes, o programa de conteúdos da disciplina história está organizado como é proposto nos PCN, mas o desenvolvimento deles é feito ou com dificuldade ou com a utilização de um referencial metodológico que vai de encontro à proposta teórica presente nos mesmos

O estudo proposto busca compreender as concepções historiográficas que permearam a formação dos professores das séries iniciais nas décadas nos finais da década de 70 aos anos 90 do século passado. A pesquisa assume relevância na medida em que contribuirá para ampliar o debate em nível nacional sobre o ensino da História e da História da Educação na formação de professores das series iniciais do ensino fundamental e contribui para o elaboração de uma proposta de formação continuada voltada para esses professores.

As reflexões aqui apresentadas nos remetem a levantar as seguintes questões:

Como e quando os professores formadores tiveram acesso as novas abordagens historiográficas que permeiam os grandes debates nacionais em torno da escrita e do ensino de história?

Até que ponto os autores utilizados pelos professores contribuíram para um fazer pedagógico contextualizado ?

Como os professores e professoras formados (as) pelo IEP ensinam História nas séries iniciais do ensino fundamental?

Os estudos sobre o tema formação de professores, vem ocupando desde as últimas décadas do século XX, um espaço relevante em âmbito internacional, através de vários estudiosos do assunto como Nóvoa, Ferrarotti, Huberman, Goodson, Contreras, Alarcão, entre outros. No Brasil, a temática é uma das mais recentes e também uma das mais expressivas, destacando-se diversos pesquisadores que analisam o referido tema, dentre os quais destacamos Brzezinski, Lüdke, Libâneo, Pimenta, e outros, assim como, observamos pelos Anais da ANPED^{iv} uma grande produção acadêmica a ela relacionada.

Segundo Fiorentini et al. (1998)^v até a década de 60 do século XX, a grande preocupação presente nos cursos de formação dos professores era o domínio dos conteúdos específicos da disciplina que iriam ensinar. A partir da década de 70, o destaque dado nos cursos de formação são aos aspectos didáticos- metodológicos relacionados às tecnologias de ensino. Nos anos 80, veio a tona a discussão da necessidade de se estabelecer um modelo teórico que discutisse a dimensão sócio- política e ideológica da prática pedagógica. Nesse período, já despontam outros conceitos a serem estudados dentro da temática formação de professores tais como: os saberes escolares, os saberes docentes tácitos e implícitos, as crenças epistemológicas.

Os anos 90 são marcados por um novo enfoque que objetivava melhor compreender a prática docente e os saberes dos professores, ou seja, repensar a formação dos professores a partir, da sua prática.

Vários estudiosos da temática, dentre eles Pimenta (1999)^{vi}, consideram que a identidade do fazer-se professor é construída a partir de um processo em que estão

inseridos sua formação inicial e a re-elaboração dos seus saberes a partir de sua prática docente.

Considerando essas abordagens teóricas nossa investigação nos remete as propostas de formação que tem norteado o curso de magistério da Escola Normal, direcionado ao ensino de História.

Para melhor entendermos a formação do professor de 1º a 4º séries nas últimas décadas do século XX, quisemos investigar as origens da Escola Normal de Belém e que proposta de formação de professores e professoras estiveram presentes quando a mesma foi efetivada como espaço escolar.

No início do século XIX, durante o Império brasileiro, são criadas em várias províncias as primeiras Escolas Normais como o *locus* formal e obrigatório, de nível médio, para a formação de professores "primários". A província do Grão Pará segue também a "moda" e a 30 de dezembro de 1839, o presidente da província Bernardo de Souza Franco autorizava através da Lei 33 de 30 de setembro de 1833,^{vii} que fosse fundada uma escola normal na cidade de Belém, capital da referida província.

No ano seguinte, o mesmo presidente autoriza a compra de livros para o ensino da escola normal, no entanto, a falta de recursos financeiros da província não possibilitou a efetivação da instalação da escola de Belém em um prédio próprio e adequado ao seu funcionamento. Em junho de 1841 é estabelecida a Lei n.97 que criava o Liceu Paraense^{viii}, e o seu artigo 13 designava uma sala para que funcionassem as aulas do curso normal

Sucederam-se vários presidentes no governo da província do Grão-Pará, vindos de outras regiões, sem maiores compromissos com a educação, principalmente com a primária, o que contribuiu para que a Escola Normal de Belém não saísse do papel.^{ix}

Por volta dos meados do século XIX, na província do Grão Pará são criados espaços educacionais religiosos destinados inicialmente a educação de meninas órfãs, mas, depois passaram também a receber meninas de outros segmentos sociais, como pensionistas, que pagavam 25\$000 réis anuais.^x

A educação pensada e efetivada nessas escolas era voltada para educar as alunas a cuidar do lar, serem obedientes aos maridos e zelarem pelos bons costumes. Uma dessas escolas é o chamado colégio Nossa Senhora do Amparo^{xi}, que de uma certa forma forçará o governo provincial a realmente implantar o funcionamento da Escola Normal, de modo a profissionalizar as órfãs que viviam nessa instituição e começavam a pesar financeiramente nos cofres públicos, pois passa a haver uma concentração de jovens com 18 anos.

Em 9 de abril de 1869, o presidente da província José Bento da Cunha Figueredo, estabelece através de portaria, os critérios para que as alunas que atingissem a idade de 18 anos deixassem o Colégio. No § 4^o^{xii} a norma estabelecida era elas estarem empregadas em escolas públicas e para isso era necessário uma Escola que desse a essas jovens uma formação para que as mesmas exercessem a profissão de professoras das escolas primárias.

Essas circunstâncias contribuem para que o presidente da província, Joaquim Pires Portella, crie a escola normal, pela lei 669 de 13 de abril de 1871^{xiii}, cujo objetivo era habilitar as pessoas que quisessem se dedicar ao magistério da instrução primária.

Começou a funcionar nas dependências do Lyceu Paraense, e a sua implantação é marcada pela divergência expressa em dois jornais da época: "O Liberal do Pará" e "O Diário do Pará". O Diário defendendo o novíssimo ensino que seria implantado na referida escola e O Liberal criticando as medidas tomadas por Joaquim Portella, como atos decorrentes de vaidade pessoal do presidente e questionando se o ensino desenvolvido na escola normal formaria professores dignos de seu papel de educadores.

Em 1872, o vice- presidente da província, Barão de Santarém, extingue a escola normal^{xiv} e estabelece que o curso de magistério continuaria a funcionar no colégio N. S. do Amparo e no Lyceu Paraense.

Dentre os pesquisadores que escrevem sobre a Escola Normal do Belém, Brito(2004)^{xv}, diz que a grade curricular adotada nos primórdios desta instituição era de

"reduzida qualificação" pois suas disciplinas traziam um conteúdo desvinculado da realidade em que essas pessoas viviam.

As disciplinas apresentadas na portaria de 9-06-1874 são as seguintes: Instrução Moral e Cívica, Gramática da língua nacional, Sistema Métrico decimal e elementos de geometria, Noções geraes de Geografia do Brazil principalmente do Pará. De início já observamos a ausência da disciplina história na grade curricular das futuras professoras e professores.

Continuando nossas análises sobre os primeiros anos da referida instituição, observamos que ela, assim como as demais escolas brasileiras, serão envolvidas nas transformações ocorridas nos finais do XIX quando se implanta o regime republicano no país^{xvi} e o estado assume um papel de fiscalizador na área da educação.

O discurso que norteia este Estado centrava-se na ordem e progresso, assim como na modernização e embelezamento dos espaços urbanos. Belém vive a sua *Belle-Époque*^{xvii} e em suas escolas^{xviii} passam a ser projetadas mudanças que as tornem espaços possibilitadores de uma nova instrução adequada a uma sociedade civilizada.

José Veríssimo^{xix} apresenta em seu relatório de 1890 ao governador da época Justo Chermont, as determinações sobre a Escola Normal. Criava um único espaço para que a mesma funcionasse, com isso diminuía os gastos com material e pessoal administrativo, ao mesmo tempo que propunha a criação de novas disciplinas no currículo do curso de magistério visando um ensino de maior qualificação para a "mocidade que frequenta as escolas normais"^{xx}

Estabelecido quatro anos pela portaria de n.64 de 6 de fevereiro de 1890 constava no terceiro ano a disciplina História Universal, História do Brasil e do Pará, que juntamente com as demais disciplinas que compunham a grade curricular proporcionavam um ensino enciclopédico, em que despontam ensinamentos éticos e morais, destacando-se os valores patrióticos. A prática proposta é a de transmissão de conhecimentos, é a da repetição, de modo que as crianças que passam a estudar nos grupos escolares^{xxi} tenham uma

compreensão fragmentada da realidade que vivem e na maioria das vezes " *transformados em cidadãos alijados da crítica social*" (Brito,2005,p. 40)^{xxii}.

Esse modelo de formação proposto há aproximadamente 100 anos antes do período que é nosso objeto de investigação, vai adquirindo nos primeiros anos do século XX contornos de maior exigência na avaliação dos(das) que escolhiam a profissão de professor (a) primário(a), com a inclusão das chamadas conferências pedagógicas^{xxiii}

Um outro tipo de fonte que pode nos dar pistas a respeito dessa formação de professores nos finais do século XIX são as provas. Em 1891 temos questões de História que focalizam o passado glorioso da nação, os heróis, a classificação dos povos segundo o critério do desenvolvimento moral em : " selvagens, bárbaros e civilizados"^{xxiv}

A nossa pesquisa está em andamento pelos inícios do século XX, mas, ao mesmo tempo, resolvemos buscar indicativos iniciais da formação dos professores nos finais da década de 70, e nossas fontes primeiras são as fichas individuais das alunas e alunos do IEP nesse período. Em apenas uma série do curso de magistério a disciplina História está presente e é a História do Pará.

Relatos orais nos remetem para um conteúdo descontextualizado do período histórico que se vivia,^{xxv} visto que, não só havia um grande cerceamento por parte dos militares sobre os professores e sobre o ensino, principalmente o de história, como também os professores que trabalhavam com a referida disciplina, eram egressos do curso de História da Universidade Federal do Pará e tinham tido um curso de graduação nas décadas de 50 e ou 60 permeado por uma concepção positivista em que o fato, o herói, a data, a linearidade, a ordem, eram elementos fundamentais na forma de compreender e ensinar a historia.

Nossa pesquisa continua. Aqui apresentamos os primeiros resultados, os quais nos instigam a investigar o grande número de fontes escritas e orais que existem e que nos possibilitarão conhecer com mais consistência a formação em história do(a) professor (a) 1º a 4º séries formado pela Escola Normal da praça, da praça da República, em Belém do Pará.

ⁱ Graduada em História pela UFPA, Mestre em Educação pela UNIMEP, professora da UNAMA

ⁱⁱ Relato oral, aluna do curso de pedagogia da Unama, professora de 1º a 4º séries do Ensino Fundamental da rede pública estadual do Pará

ⁱⁱⁱ Universidade da Amazônia

ⁱⁱⁱ Associação Nacional de Pós - Graduados em Educação

^v FIORENTINI, Dario ; SOUZA & MELO, Gilberto Francisco. Saberes docentes: um desafio para acadêmicos e práticos In GERALDI, Corinta Maria Grisólia (org) *Cartografias do trabalho docente: Professor(a)- pesquisador(a)*. Campinas:: Mercado das Letras, ALB, 1998

^{vi} PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência In PIMENTA, Selma Garrido, *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1998.

^{vii} Lei n. 33 de 30-09-1839- Coleção de Leis da província do Gram- Pará Tomo II, 1839.

^{viii} Atual Colégio Paes de Carvalho, localizado na Praça da Bandeira

^{ix} BRITO, Elias Santos de. *EDUCAZIONE E ISTRUZIONE DELLA SCUOLA NORMALE; CELEBRAÇÕES E DUREZAS DAS PROFESSORAS E PROFESSORES DA ESCOLA NORMAL NA AURORA DA REPÚBLICA PARAENSE (1890- 1908)*. Monografia em História. Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

^x VIANNA, Arthur. *O Instituto Gentil Bittencourt: Esboço Histórico*. 2 ed.- Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1967

^{xi} atual Colégio Gentil Bittencourt, colégio particular, mantido pelas irmãs Dorotéias

^{xii} Portaria de 9 de abril de 1869. Coleção das Leis: Actos do Governo da Província do Grão Pará. Tomo XXI, 1869

^{xiii} Lei n.669 de 13-04-1871. Coleção das Leis da Província do Grão- Pará. Tomo XIII, 1871.

^{xiv} Lei n. 757 de 19/12/1872. Coleção das Leis da Província do Gram- Pará. Tomo XXXIV, 1872.

^{xvi} Em 1889 é instaurado o regime republicano no país e uma nova ordem política passa a vigorar, tendo como forte componente ideológico o positivismo

^{xvii} Nome dado ao período compreendido entre os finais do século XIX e primeira década do século XX, quando é implementado um projeto de modernização para as cidades de Belém e Manaus, vinculado a expansão da economia gomífera no cenário internacional

^{xviii} Liceu Paraense, Instituto Lauro Sodré, Instituto Gentil Bittencourt, Escola Normal

^{xix} Diretor Geral da Instrução Pública do Pará

^{xx} A Instrução Pública no Estado do Pará em 1890. Relatório apresentado ao exmo. Sr. Dr. Justo Leite Chermont. Governador do Estado por José Veríssimo - Director geral- Pará: typ. De Tavares Cardoso & Companhia. 1890

^{xxi} Foram criados em 1903, e eram modelos de educação para a época: sem castigos corporais, sem a presença de pedagogos considerados retrógrados. Grupos Escolares. A escola- Abril, 1903.p.91

^{xxii} Ibidem

^{xxiii} Inicialmente restritas aos professores catedráticos, foram implantadas na Escola Normal em 1905. Eram feitas de forma escrita, duas vezes por mês, e publicadas na íntegra ou o resumo na revista Escola - revista de ensino

^{xxiv} Fundo: Diretoria da Instrução Pública- série; provas, 1891.

^{xxv} Período da ditadura militar. No sul do Pará ocorria a Guerrilha do Araguaia